

Cristiano de Jesus Sousa de Abreu

Doutor em Administração e Ciências Contábeis
FUCAPE BUSINESS SCHOOL
São Luis – MA

RESUMO

A relação entre transparência do setor público e resultados econômicos, sociais e fiscais é algo que é cada vez mais reconhecido pela literatura internacional. Esta pesquisa buscou verificar se fatores sociais, econômicos e fiscais influenciam a transparência pública em países com baixos níveis de desenvolvimento. Utilizou-se uma metodologia quantitativa com coleta de dados secundários, num corte longitudinal, executando-se a análise de dados a partir da estatística descritiva, do teste-t e da regressão linear múltipla, pelo método dos mínimos quadrados. Os resultados rejeitam a hipótese de relação entre fatores fiscais e transparência nos países subdesenvolvidos e rejeitam parcialmente a hipótese da relação de fatores sociais, não rejeitando a hipótese de relação entre fatores econômicos com a transparência nesses países, tendo significância nessas relações as variáveis: Pessoas com acesso à *internet* e PIB per capita.

Palavras-chave: Transparência, sociais, econômicos, fiscais, desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

As oportunidades de propagação de fraudes e corrupção na administração pública são propícias em ambientes nos quais a gestão pode esconder informações por considerá-las inadequadas para o acesso generalizado (FIGUEIREDO e SANTOS, 2013). O acesso a informações públicas através da transparência, representa um direito básico do cidadão, pois é essencial para o fortalecimento da democracia (SEARSON e JOHSON, 2010). A transparência proporciona a prestação de contas do Governo, constituindo-se num instrumento de combate à corrupção e outras irregularidades no setor público, além de ser uma ferramenta fundamental para promoção da boa governança (MEDEIROS, MAGALHÃES e PEREIRA, 2013).

Influências do ambiente externo podem empurrar a organização para ser menos ou mais transparente e participativa na tomada de decisões, e, por sua vez, podem afetar o nível de abertura do site em organizações públicas

(YAVUZ e WELCH, 2014). Araujo e Tejedo-Romero (2016) ratificam esses fatores externos ao destacar a pressão social exercida por alguns movimentos de cidadãos, na cobrança dos governos locais por mais transparência. Pinto (2009) destaca outros fatores do ambiente externo que servem como pressão sobre os governos para que disponibilizem acesso a informações públicas, tais como escândalos de alta visibilidade, além de modernização e difusão de tecnologia da *internet*.

Desta forma, o acesso às informações públicas por meio da transparência constitui a base de sustentação de um governo livre à participação social (GAMA e RODRIGUES, 2016), além de aproximar os cidadãos da gestão pública desenvolvida por seus governantes e promover a conscientização da sociedade sobre as responsabilidades do Estado, possibilitando a averiguação das ações desses gestores e a consequente responsabilização por seus atos (FIGUEIREDO e SANTOS, 2013; FILGUEIRAS, 2011). Assim, a participação popular e o controle social ganham força como forma de coibir as más práticas na condução da atividade pública (ASSIS e VILLA, 2003).

Por outro lado, Williams (2015) aponta que a África do Norte e a África Subsaariana, ambas formadas predominantemente por países subdesenvolvidos, têm, em média, os níveis mais baixos de prestação de contas e as pontuações médias mais baixas em relação à transparência da informação, respectivamente. Nessa perspectiva, este trabalho tem o objetivo de verificar se fatores sociais, econômicos e fiscais influenciam a transparência pública em países com baixos níveis de desenvolvimento.

Do ponto de vista da literatura internacional, a relação entre transparência do setor público e resultados econômicos e sociais é algo que é cada vez mais reconhecido (KAUFMANN e BELLVER, 2005; BASTIDA e BENITO, 2007), na qual o desenvolvimento econômico está positivamente ligado à transparência do governo (BATISDA E BENITO, 2007). Fatores socioeconômicos, como por exemplo a renda dos países, proporcionam mecanismos de transparência da informação e responsabilização mais eficientes (BASTIDA e BENITO, 2007). Ou ainda a educação fiscal que representa uma ferramenta fundamental para maximizar a participação e conscientização do cidadão no processo de planejamento e implementação das políticas públicas, reforçando a transparência pública nos países (BORGES e PEREIRA, 2014). Em relação a variáveis fiscais, Grigorescu (2003) aponta que existe uma relação positiva do grau de endividamento dos países junto a órgãos internacionais com a transparência, haja vista que a série de condições impostas por esses órgãos leva os gestores a divulgar mais informações.

Nesta pesquisa, foram utilizados dados secundários referentes aos anos de 2010 a 2016 dos países subdesenvolvidos que possuem indicadores disponíveis no Banco de Dados do Banco Mundial, totalizando 74 países. A transparência pública foi mensurada por um indicador específico disponibilizado pelo referido banco, o qual foi aplicado a regressão linear múltipla. Kaufmann e Bellver (2005) apontam a necessidade de realização de

mais pesquisas para desencadear a relação causal entre transparência e desenvolvimento, utilizando séries temporais para capturar o efeito ao longo do tempo. Esta pesquisa colabora para literatura no sentido de enriquecer a discussão sobre as características socioeconômicas e fiscais determinantes do nível de transparência dos entes públicos, acrescentando a análise em países de baixo nível de desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Transparência pública

Atualmente, a transparência tem figurado como tema central da moderna democracia e das reformas estatais (RIBEIRO e ZUCCOLOTTO, 2014). A transparência pública tem se expandido, passando a abordar diferentes aspectos da gestão pública como pessoal, desempenho, controles internos, etc. (BAIRRAL, SILVA e ALVES, 2015). Essa expansão, a transforma num mecanismo usado para propagar a boa governança no setor público e ampliar a capacidade do público de acessar informações governamentais (ARAUJO e TEJEDO-ROMERO, 2016).

Platt Neto et al. (2007) e CRUZ et al (2012) enfatizam que conceitualmente a transparência é mais abrangente do que a publicidade, pois a informação deve ter além da publicidade as seguintes características: relevância, confiabilidade, tempestividade, disponibilidade, compreensibilidade e meios de comunicação adequados. Nesse sentido, pode-se definir transparência como o fluxo contínuo de informações fidedignas de natureza econômica, social, fiscal e política que são disponibilizadas a todos os cidadãos (RIBEIRO e ZUCCOLOTTO, 2014). Para Cruz et al. (2012), por se tratar de recursos públicos, a transparência das informações deve revelar, indiscriminadamente, todos os atos praticados pelos gestores públicos, sendo uma prestação de contas do poder de representação que lhes foi conferido, constituindo um ato de responsabilidade denominado de *accountability*.

Determinantes da transparência pública Fatores sociais e econômicos

Zuccolotto e Teixeira (2014) apontam que diversas pesquisas buscaram identificar o grau de transparência, com base nas melhores práticas de transparência fiscal, em diferentes esferas e governo, bem como compreender suas causas e efeitos, relacionadas a aspectos sócioeconômicos, fiscais e políticos desses entes públicos. Kaufmann e Bellver (2005), desenvolveram um índice de transparência para 194 países, cujos resultados apontaram que a transparência está relacionada a melhores resultados nos indicadores econômicos e de desenvolvimento humano, mesmo depois de controlar as diferenças de renda. Assim, destacam que para o mesmo nível de renda per capita, os países que possuem uma

classificação melhor no índice geral de transparência também são mais competitivos nos mercados internacionais e sua população tem maior expectativa de vida no nascimento e taxas mais altas de alfabetização feminina e imunização infantil.

Cruz, Silva e Santos (2009) avaliaram os portais eletrônicos dos municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro e as características que explicam seus níveis de transparência. Constataram associação positiva entre a transparência fiscal e os indicadores econômicos e sociais, confirmando as hipóteses de que municípios com maiores taxa de alfabetização, receita orçamentária, Índice de Qualidade Municipal – IQM e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M, tendem a ter maior transparência. Concluíram ainda que condições socioeconômicas mais favoráveis dos municípios proporcionam mais oportunidades a seus habitantes exigirem dos gestores públicos uma maior abertura na gestão que estimule a participação popular e promova mais transparência na divulgação das ações e resultados governamentais.

Cruz et al. (2012) analisaram os sites dos municípios brasileiros mais populosos e ratificaram que, no geral, existe uma associação entre os fatores socioeconômicos dos municípios e os níveis de transparência de informações sobre a gestão municipal. Essa associação é positiva, representando que condições socioeconômicas melhores tendem a influenciar a uma maior transparência municipal.

Hipótese 1: Fatores econômicos têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

Ribeiro e Zuccoloto (2014) pesquisaram como a transparência fiscal por meio eletrônico é influenciada por fatores sociais, econômicos e fiscais dos municípios e encontraram significância das variáveis, indicando que municípios mais bem estruturados na gestão das áreas de saúde e educacional apresentam indicadores de transparência mais elevados. Os resultados da pesquisa de Ribeiro e Zuccoloto (2014) permitiram destacar ainda que municípios com maior arrecadação per capita tendem a divulgar, em meio eletrônico, mais informações devido a sua capacidade financeira para investir em recursos tecnológicos na gestão da informação.

Para Zuccolotto e Teixeira (2014) as condições socioeconômicas interferem no grau de transparência dos estados brasileiros, indicando a importância da eficiência e efetividade das políticas públicas em saúde, educação, renda e emprego. O nível de educação é um fator de mediação entre transparência e controle social, quanto maior o nível educacional mais forte a capacidade de pessoas, tanto para acessar e processar informações da mídia e dos registros públicos quanto para cobrar dos gestores públicos (LINDSTEDT e NAURIN, 2010).

Hipótese 2: Fatores sociais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

Fatores fiscais

Alt, Lassen e Rose (2006) ao analisarem os determinantes fiscais e econômicos da transparência fiscal, identificaram que a política fiscal influencia o nível de transparência, cujas condições fiscais, em especial a dívida do governo estadual e o desequilíbrio orçamental, afetam a transparência, sendo que dívidas maiores estão associadas a menor transparência e tanto déficits mais altos quanto maiores excedentes contribuem para maior transparência. Concluem que o resultado positivo associado ao superávit está relacionado à disposição dos políticos em divulgar seu bom desempenho fiscal a todos, principalmente para confrontar com seus concorrentes. E relacionado ao déficit, inferiram que os políticos tendem a aumentar o nível de transparência fiscal para justificar suas escolhas políticas, em tempos de condições econômicas desfavoráveis.

Caamaño-Alegre et al (2013), identificaram, dentre outros, o impacto positivo da dívida no nível de transparência, contrastando com o efeito negativo relatado por Alt, Lassen e Rose (2006), e a influência negativa do déficit na transparência. Explicam ainda que embora a dívida possa ter sido acumulada durante os estresses fiscais passados e não ser atribuível ao governo atual ou anterior, o déficit supõe um estresse fiscal recente e até contínuo. Assim, seus resultados sugerem que os governos estão mais propensos a aumentar a transparência ao herdar um pesado fardo fiscal (dívida elevada) e ao promulgarem políticas de gastos sólidos, com baixos déficits.

Zuccoloto e Teixeira (2014) concluíram que estados brasileiros em melhor situação fiscal parecem ter mais condições de montar melhores estruturas de sistemas de informações para seus usuários, além de possuírem condições de investir em carreiras e estruturas especializadas em prestação de contas. A esse respeito, Laswad, Fisher e Oyelere (2005) também encontraram uma associação positiva entre a dívida municipal e a divulgação voluntária de informações financeiras públicas, porque quando o endividamento se torna uma carga significativa, surgem dificuldades e, portanto, há uma necessidade maior de publicar relatórios que reflitam a situação financeira e as políticas de gestão adotadas a esse respeito pela organização.

Hipótese 3: Fatores fiscais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa-descritiva com dados secundários e visa identificar se fatores sociais, econômicos e fiscais que influenciam a transparência pública em países com baixos níveis de desenvolvimento. Nessa abordagem, foram investigados 74 países subdesenvolvidos que possuíam informações disponíveis de transparência pública no banco de dados do Banco Mundial. A transparência nesses países

foi medida pelo índice “CPIA - transparência, responsabilidade e corrupção na classificação do setor público (1 = baixo para 6 = alto)”, desenvolvido e publicado pelo Banco Mundial, num corte longitudinal, com dados entre os anos de 2010 a 2016, assim como os fatores socioeconômicos e fiscais dos países que foram mensurados pelos indicadores: PIB per capita, índice de GINI, Renda Nacional Bruta - RNB per capita, % de pessoas que utilizam a *internet*, taxa de alfabetização, taxa de mortalidade, % desemprego, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, dívida total, déficit ou superávit de caixa. A coleta de dados foi realizada diretamente no sítio eletrônico do Banco Mundial e no da Organização das Nações Unidas - ONU, disponível no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Foi aplicado um modelo de regressão linear múltipla, estimado pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários, com a seguinte equação de regressão:

$$ITBM = \beta_0 + \beta_1 \text{ Percentual_Desemprego } j + \beta_2 \text{ Taxa_Mortalidade } j + \beta_3 \text{ Percentual_Acesso a } internet j + \beta_4 \text{ PIB per Capita } j + \beta_5 \text{ déficit ou superávit de caixa } j + \epsilon_j$$

Para cada país j tem-se:

ITBM: Índice de Transparência do Banco Mundial; Percentual_Desemprego: Percentual de desemprego da força de trabalho total; Taxa_Mortalidade: Taxa de mortalidade até 5 anos de idade; Percentual_Acesso a *internet*: Percentual da população que utiliza a *internet*; PIB per Capita: Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes; Déficit ou superávit de caixa: Valor do déficit ou superávit dividido pelo PIB.

Em relação as variáveis abordadas, a variável dependente utilizada no estudo é o índice CPIA - transparência do *World Bank*. Este índice de “transparência, responsabilidade e corrupção no setor público” avalia até que ponto o executivo pode ser responsabilizado pelo uso dos fundos e pelos resultados de suas ações pelo eleitorado e pela legislatura e judiciário e até que ponto os funcionários públicos dentro do executivo são obrigados a contabilizar decisões administrativas, uso de recursos e resultados obtidos (WORLD BANK, 2017). As três principais dimensões avaliadas aqui são a responsabilidade do executivo para as instituições de supervisão e dos funcionários públicos por seu desempenho, o acesso da sociedade civil à informação sobre assuntos públicos e a captura do Estado por interesses estreitos (WORLD BANK, 2017).

As variáveis independentes investigadas foram agrupadas em três conjuntos de variáveis agrupadoras, para sistematizar a análise considerando as hipóteses formuladas e com base nos resultados de estudos nacionais e internacionais que encontraram relação significativa com indicadores de transparência: Variáveis Sociais e econômicas - Zuccoloto e Teixeira (2014); Ribeiro e Zuccoloto (2014); Cruz et al. (2012); Kaufmann e Bellver (2005); Caamaño-Alegre et al. (2013); Sol (2013); Bolívar, Muñoz e Hernandez (2013); Araujo e Tejedo-Romero (2015). Variáveis Fiscais - Alt, Lassen e Rose (2006); Cruz et al. (2012); Zuccoloto e Teixeira (2014).

O Quadro-1 discrimina as variáveis independentes desse estudo com seu respectivo detalhamento.

Grupo	Indicador	Significado	Fonte
Social	Pessoas que utilizam a <i>internet</i> (% da população)	São pessoas que usaram a <i>Internet</i> (de qualquer local) nos últimos 3 meses. A <i>Internet</i> pode ser usada através de um computador, telefone celular, assistente digital pessoal, máquina de jogos, TV digital, etc.	<i>World Bank</i>
	Taxa de mortalidade, menores de 5 anos (por 1.000 nascidos vivos)	É a probabilidade por 1.000 de que um recém-nascido morrerá antes dos cinco anos de idade, se sujeita a taxas de mortalidade específicas para a idade do ano especificado.	<i>World Bank</i>
	Desemprego, total (% da força de trabalho total)	O desemprego refere-se à participação da força de trabalho sem trabalho, mas disponível e	<i>World Bank</i>
Econômico	PIB per capita	O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população do meio ano. O PIB é a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, acrescido de quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. Os dados estão em dólares americanos	<i>World Bank</i>
Fiscal	Déficit ou Superávit de Caixa (% PIB)	O excedente ou o déficit de caixa é a receita (incluindo concessões) menos a despesa, menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, dividido pelo PIB.	<i>World Bank</i>

Quadro 1: Variáveis Independentes – Descrição

Fonte: Elaborado pelo autor

Inicialmente a proposta era a inserção de mais indicadores a serem utilizados como variáveis independentes, tendo como base os testes realizados na literatura apresentada. Após análise prévia dos dados coletados, foram excluídas as seguintes variáveis independentes: índice de GINI, Renda Nacional Bruta - RNB per capita, taxa de alfabetização, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e dívida total, pois a ausência de dados desses indicadores em alguns países reduziria significativamente o número de observações da pesquisa o que tornaria os resultados estatísticos irrelevantes, tornando-se o principal limitador dessa pesquisa para análise da relação proposta.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Na TABELA 1 são apresentados os resultados da regressão linear múltipla. A variável “déficit ou superávit de caixa” não teve relação significativa com o índice de transparência (ITBM) analisado, pois o p-valor foi maior que 0,10. Assim, pode-se inferir que fatores fiscais não influenciam o nível de transparência nos países subdesenvolvidos, rejeitando-se a hipótese 3, contrastando com o efeito positivo do déficit ou superávit na transparência encontrado por Alt, Lassen e Rose (2006), que obtiveram este resultado aplicando os cálculos estatísticos em estados norte americanos, que teoricamente tem um nível de desenvolvimento superior aos países avaliados nessa pesquisa. No entanto, confirma os resultados da pesquisa de Sol (2013) encontrados em governos locais da Espanha. Presume-se que países subdesenvolvidos e economias mais simples não têm interesse, independente da situação fiscal que se encontram, em divulgar tais informações, por não considerarem relevantes tanto para promoção da gestão em caso de resultados fiscais positivos ou para atender recomendações de organismos internacionais, almejando futuros empréstimos.

As variáveis “Desemprego” e “Taxa de Mortalidade Infantil” também não tiveram relação significativa com o índice de transparência (ITBM), já que seus valores estatísticos (p-valor) foram 0,42 e 0,12 respectivamente. Desta forma, esses fatores sociais não influenciam a transparência pública dos países subdesenvolvidos, rejeitando-se parcialmente a hipótese 2. Esse resultado é contrário aos efeitos negativos do desemprego na transparência encontrados por Araujo e Tejedo-Romero (2015), Caamaño-Alegre et al (2013). Esse contraste sugere que a população desempregada em países pobres é indiferente a divulgação de informações públicas no contexto nacional, já que a condição de subdesenvolvimento do país não inspira confiança no Governo Nacional que faça essa parcela da população exercer pressão social por mais transparência ou mesmo a descrença de que o problema do desemprego estaria solucionado com mais informações públicas divulgadas.

TABELA 1: RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO

Apresentação da Tabela resumo dos resultados das Regressões Lineares Múltiplas aplicadas ao conjunto de observações pesquisadas das variáveis utilizadas, para avaliar a relação entre transparência e fatores sociais, econômicos e fiscais. Foram realizadas duas regressões, onde na segunda foi retirada a variável fiscal (déficit ou superávit de caixa).

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	P Valor	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	P Valor
Constante	2,47	0,16	15,34	0,00	2,64	0,09	27,85	0,00
Percentual _Desemprego	-0,76	0,95	-0,80	0,42	-0,59	0,37	-1,61	0,11

Pessoas_Acesso_Internet	1,50	0,73	2,06	0,04	0,32	0,33	0,96	0,34
PIB per Capita	0,00	0,00	2,42	0,02	0,00	0,00	6,38	0,00
Taxa Mortalidade e Infantil	0,23	0,15	1,56	0,12	-0,14	0,09	-1,6	0,11
Superavit ou Deficit Caixa	-0,11	0,08	-1,41	0,16	-	-	-	-
Nº Observações: 138					Nº Observações: 481			

Fonte: Elaborado pelo autor

Já as variáveis “Pessoas_Acesso_Internet (% da população com acesso a internet)” e “PIB per capita” apresentaram influência positiva na transparência pública com um nível de confiança de 95%, por apresentarem p-valor de 0,042 e 0,017 (p-valor<0,05), respectivamente. Desta forma, quanto mais pessoas tem acesso a internet nos países subdesenvolvidos, maior será a transparência nesses países, assim como, quanto maior o PIB per capita maiores serão os níveis de transparência pública. A relação estimada da variável social “Pessoas_Acesso_Internet” com o ITBM é de 1,5, ou seja, se aumentar 1% de “Pessoas_Acesso_Internet” nos países o ITBM crescerá 1,5 vezes. A hipótese 2, que prevê relação positiva de fatores sociais com a transparência pública, é parcialmente rejeitada, já que apenas essa variável social apresentou resultados estaticamente significativos. Confirmando o resultado da pesquisa de Cruz, Silva e Santos (2009) que apontaram que entes públicos que utilizam a internet como TIC, assim como os que promovem a maior interação do cidadão com suas páginas eletrônicas são aqueles que apresentam maior nível de transparência.

Nota-se que foram realizadas duas regressões, a primeira incluindo a variável fiscal (Déficit ou superávit de caixa) e a segunda sem a variável fiscal, devido ao número reduzido de observações dessa variável. O resultado foi que, na segunda, a variável “Pessoas_Acesso_Internet” deixou de ser significativa. Entretanto o “PIB per capita” manteve o nível de significância, mesmo aumentando o número de observações, demonstrando que o efeito do “PIB per capita” na transparência é o mais robusto das análises realizadas. Já a hipótese 3 não é rejeitada, desta maneira, confirma-se que fatores econômicos influenciam positivamente a transparência pública, corroborando estudos anteriores tal como o de Styles e Tennyson (2007) que, ao avaliarem municípios dos Estados Unidos, identificaram efeito positivo da renda per capita na transparência. Pode-se inferir que a medida que o país subdesenvolvido produz mais e gera mais renda internamente, cresce a transparência pública.

Em tese, esse resultado sugere que a medida em que cresce o volume de transações é inevitável o desenvolvimento e utilização de tecnologias da informação e comunicação - TIC's tanto por parte dos

detentores dos meios de produção quanto pelo governo que precisa ser mais eficaz na fiscalização. E a transparência atualmente está diretamente ligada as TIC's. Além disso, crescimento da produção traz consigo condições sociais favoráveis a população que pode, com isso, ter mais acesso a informações públicas transparentes exercendo o papel do controle social, pressionando os governos por mais informações públicas a serem divulgadas.

Enfim, os resultados indicam que há uma baixa transparência pública nos países subdesenvolvidos que está intrinsecamente ligada a seus fatores econômicos e sociais. Afinal, esses fatores se apresentam com características extremamente desfavoráveis ao desenvolvimento nesses países o que influencia na baixa transparência. A baixa transparência proporciona liberdade aos governantes para agirem à margem do controle e fiscalização de agentes externos, justamente nesses locais que necessitam de maior efetividade na execução das políticas públicas pelos governos, diante da escassez de recursos públicos e da precariedade dos serviços públicos básicos ofertados. Indicam ainda que a condição fiscal desses países, marcada por sucessivos déficits fiscais (de caixa) ao longo dos anos, não influencia seu atual estágio de evolução da transparência pública.

CONCLUSÃO

A discussão da transparência pública como instrumento para o fortalecimento da democracia e o combate a corrupção tem se fortalecido, no âmbito da administração pública, juntamente com a análise dos determinantes dessa transparência em diferentes esferas de governo. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo verificar se fatores sociais, econômicos e fiscais mensurados pelos indicadores: percentual de desemprego da força de trabalho total, taxa de mortalidade até 5 anos de idade, percentual da população que utiliza a *internet*, PIB per Capita, Déficit ou superávit de caixa; influenciam a transparência pública, medida pelo Índice de Transparência Pública do Banco Mundial - ITBM, em países com baixos níveis de desenvolvimento.

Como resultado da análise do *ranking* do ITBM, constatou-se a predominância do baixo nível de transparência dos países subdesenvolvidos, pois 3/4 dos países não ultrapassaram a metade da nota total do ITBM (nota 6) e nenhum país conseguiu atingir o mínimo de 80% da nota máxima. Os resultados da regressão linear múltipla apontaram a rejeição da hipótese 3 a qual previa que fatores fiscais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos.

Apontam ainda a rejeição parcial da hipótese 2 a qual previa que fatores sociais têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos, pois as variáveis Desemprego e Taxa de Mortalidade não apresentaram resultados estatísticos significativos relacionados a transparência. Porém, a variável “percentual da população com acesso a *internet*” apresentou significância a 95% de confiança nessa relação, demonstrando que esta variável exerce uma influência positiva na

transparência pública dos países subdesenvolvidos, ou seja, quanto mais cresce o acesso a *internet* da população maior será a transparência pública. Não houve rejeição da hipótese 1 (Fatores econômicos têm efeito positivo na transparência dos países subdesenvolvidos), já que a variável PIB per capita apresentou relação estatística significativa com o ITBM. Assim, conclui-se que fatores econômicos influenciam positivamente a transparência dos países subdesenvolvidos, na medida que quando cresce o PIB nesses países aumenta sua transparência pública. Este resultado foi reafirmado, mesmo após a replicação da regressão com um número maior de observações.

Esses resultados contribuem para a academia na medida que identificam as características dos países subdesenvolvidos que influenciam a transparência pública. Em termos práticos, oferece uma boa orientação para os decisores políticos e a própria população sobre as formas como essas características podem influenciar o fornecimento de informações públicas. A principal limitação da pesquisa refere-se ao número reduzido de indicadores (variáveis) utilizados para avaliar os fatores sociais, econômicos e fiscais. Essa redução deve-se ao fato da escassez de informações disponibilizadas dos países numa escala temporal de no mínimo cinco anos. Assim, variáveis testadas em estudos anteriores foram excluídas desta pesquisa por falta de informações que prejudicariam o número de observações da pesquisa, mas que poderiam ser significantes em relação a transparência. Para estudos futuros, recomenda-se a agregação de mais variáveis independentes ao modelo e a aplicação em outro conjunto de países com características diferenciadas da atual, por exemplo, em países desenvolvidos, para efeitos de comparação dos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALT, James E.; LASSEN, David. D. e ROSE, Shanna. (2006). The Causes of Fiscal Transparency: Evidence from the U.S. States. **IMF Staff Papers**, 53: 30-5.

ARAUJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; TEJEDO-ROMERO, Francisca. Determinants of local governments' transparency in times of crisis: evidence from municipality-level panel data. **Administration & Society**, p. 0095399715607288, 2015.

ARAUJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; TEJEDO-ROMERO, Francisca. Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. **International Journal of Public Sector Management**, v. 29, n. 4, p. 327-347, 2016.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; VILLA, Tereza Cristina Scatena. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 376-382, 2003.

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, n. 3, 2015.

BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. Central government budget practices and transparency: an international comparison. **Public Administration**, v. 85, n. 3, p. 667-716, 2007.

BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. Budget transparency, fiscal performance, and political turnout: An international approach. **Public Administration Review**, v. 69, n. 3, p. 403-417, 2009.

BASTIDA, Francisco; GUILLAMÓN, María-Dolores; BENITO, Bernardino. Fiscal transparency and the cost of sovereign debt. **International Review of Administrative Sciences**, v. 83, n. 1, p. 106-128, 2017.

BOLÍVAR, Manuel Pedro R.; MUÑOZ, Laura A.; HERNANDEZ, Antonio M. López. Determinants of financial transparency in government. **International Public Management Journal**, v. 16, n. 4, p. 557-602, 2013.

BOLÍVAR, Manuel Pedro Rodriguez; PÉREZ, María Del Carmen Caba; HERNÁNDEZ, Antonio M. Lopez. Online budget transparency in OECD member countries and administrative culture. **Administration & Society**, v. 47, n. 8, p. 943-982, 2015.

BORGES, Erivan Ferreira; PEREIRA, José Matias. Educação fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 8, n. 4, 2014.

CAAMAÑO-ALEGRE, José; LAGO-PENAS, Santiago; REYES-SANTIAS, Francisco; AURORA, Santiago-Boubeta. Budget transparency in local governments: an empirical analysis. **Local Government Studies**, v. 39, n. 2, p. 182-207, 2013.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina; CARIBE, E. O. **Panorama social de América Latina**. Santiago do Chile: Cepal, 2014.

CRUZ, Cláudia Ferreira; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2009.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Araceli Cristina de S.; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-76, 2012.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Alvaro Ribeiro Botelho; e PRADO, Oliveira (2009). O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 43, n. 1, 2009.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e controle social na administração pública. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 1, 2013.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São paulo, v. 84, p. 65-94, 2011.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p.47-57, jan./abr. 2016.

GRIGORESCU, Alexandru. International organizations and government transparency: Linking the international and domestic realms. **International Studies Quarterly**, v. 47, n. 4, p. 643-667, 2003.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; WELCH, Eric W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.

GUILLAMÓN, Maria-Dolores; BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. The determinants of local government's financial transparency. **Local Government Studies**, v. 37, n. 4, p. 391-406, 2011.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; WELCH, Eric W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012

HAMEED, Farhan. **Fiscal transparency and economic outcomes**. International Monetary Fund, 2005.

HOOD, C. What happens when transparency meets blame-avoidance? **Public Management: An International Journal of Research and Theory** (1461-667X, 1470-1065). 2001.

KAUFMANN, Daniel; BELLVER, Ana. **Transparenting transparency: Initial empirics and policy applications**. 2005. 27/08/2017. Disponível em: https://papers.ssrn.com/soL3/papers.cfm?abstract_id=808664

LASWAD, Fawzi; FISHER, Richard; OYELERE, Peter. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 101-121, 2005.

LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. **International political science review**, v. 31, n. 3, p. 301-322, 2010.

MEDEIROS, Simone Assis; MAGALHÃES, Roberto; PEREIRA, José Roberto. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 55-75, 2013.

MULGAN, Richard. **Transparency and public sector performance**. Office of the Information Commissioner, 2012.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Society at glance**. 2014.

OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Society at glance**. 2016.

OLIVEIRA, Robson Ramos; SILVA, Aline Moura Costa da; MORAES, Melissa Christina Corrêa de. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 42, 2008.

PLATT NETO, Orion A.; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra R.; ENSSLIN, Leonardo. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.18, nº 1, p.75-94, jan.-mar. 2007.

RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva; ZUCCOLOTTO, Robson. A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 1, p. 37-52, 2014.

SEARSON, Eileen M; JOHSON, Melissa A. Transparency laws and interactive public relations: An analysis of Latin American government Web sites. **Public Relations Review**, p. 120-126, 2010.

STYLES, Alan K.; TENNYSON, Mack. The accessibility of financial reporting of US municipalities on the Internet. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 19, n. 1, p. 56-92, 2007.

ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.

WILLIAMS, Andrew. A global index of information transparency and accountability. **Journal of Comparative Economics**, v. 43, n. 3, p. 804-824, 2015.

WORLD BANK. **World Development Indicators-WDI**. 2017. Disponível em: <data.worldbank.org>. Acesso em: 7 setembro 2017.

WORLD BANK GROUP. **Doing business database**. 2016. Disponível em: <www.doingbusiness.org/methodology/starting-a-business>. Acesso em: 8 maio 2016.